FREGUESIAS LUSO-BRASILEIRAS
DA GRANDE FLORIANÓPOLIS



IPHAN

Instituto do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional

Freguesias Luso-brasileiras da Grande Florianópolis

Organização
Maria Regina Weissheimer
Carla Ferreira Cruz
Artur Hugo da Rosa

Florianópolis
Iphan
2025

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Presidente do Iphan
Leandro Antônio Grass Peixoto

Procuradora-Chefe no Iphan
Mariana Karam de Arruda Araújo

Diretores do Iphan
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Cejane Pacini Leal Muniz
Daniel Borges Sombra
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Superintendente do Iphan em Santa Catarina
Regina Helena Meirelles Santiago

Ficha Técnica

Organização
Maria Regina Weissheimer
Carla Ferreira Cruz
Artur Hugo da Rosa

Textos
Maria Regina Weissheimer
Leonardo Castriota

Fotografias
Artur Hugo da Rosa

Projeto gráfico e diagramação
Rancho Cultural
Matheus Montanari
Maria Regina Weissheimer

Superintendência em Santa Catarina
iphan-sc@iphan.gov.br

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
www.gov.br/iphan
publicacoes@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca, Iphan - SC

F931

Freguesias Luso-brasileiras em Santa Catarina / Organização: Maria Regina Weissheimer, Carla Ferreira Cruz, Artur Hugo da Rosa. – Florianópolis, SC : Iphan, 2025.
60 p.

ISBN 978-85-7334-488-2

Modo de acesso: bibliotecadigital.iphan.gov.br

1. Açorianos – Santa Catarina - História. 2. Imigrantes – Santa Catarina – História. 3. Santa Catarina – Civilização – Influências açorianas. I. Weissheimer , Maria Regina. II. Cruz, Carla Ferreira. III. Rosa, Artur Hugo da.

CDD 981.64

Elaborado por Mônica da Silva Magalhães – CRB-14/965



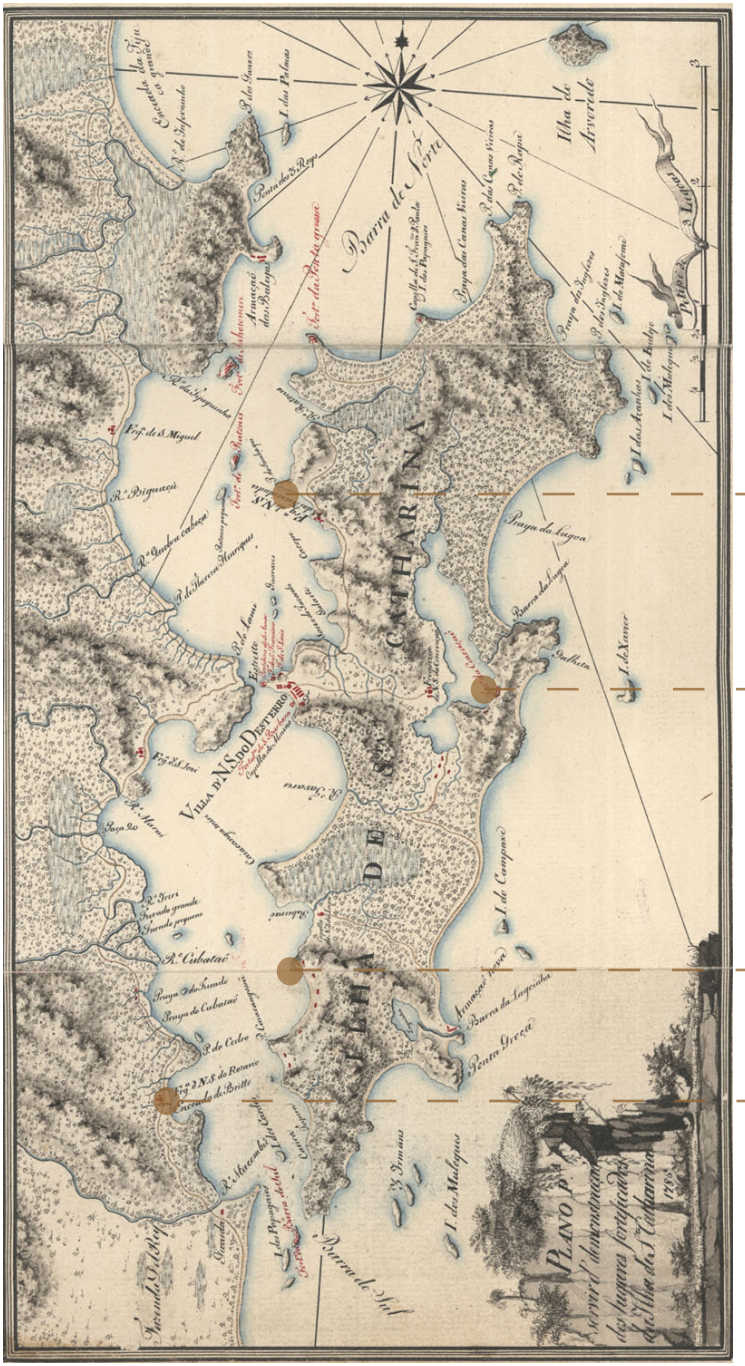
Império, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Janela em Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.

A importância histórica das freguesias

Em meados do século XVIII, a vinda dos imigrantes açorianos para a região da Grande Florianópolis foi uma ação estratégica da Coroa Portuguesa para garantir os limites do seu território ao sul do Brasil. Naquela época, Portugal e Espanha disputavam terras no "Novo Mundo".



Mapa de Alferes José Correia Rangel.
Acervo Arquivo Histórico Militar de Lisboa, 1786.

A ocupação do litoral sul brasileiro foi uma das principais ações empreendidas pela Coroa Portuguesa para seu fortalecimento econômico e político em um período de disputas, principalmente com a Espanha, pela posse dos territórios no Novo Mundo. (...) A Ilha de Santa Catarina, melhor porto natural existente no cone sul até então conhecido e ponto importante para a exploração do rio da Prata, foi bastante disputada. (Trechos do Dossiê de Tombamento, p. 16-17)

Para isso, em 1738, D. João V, Rei de Portugal, determinou que fosse criada a Capitania de Santa Catarina e mandou que o Brigadeiro José da Silva Paes promovesse a construção de um sistema defensivo. Para cumprir com sua tarefa, Silva Paes solicitou o envio de alguns colonos, para que as terras fossem povoadas e, assim, ficassem menos vulneráveis a ataques estrangeiros.

E assim foi feito, em agosto de 1746, o Conselho Ultramarino decide fazer o povoamento do litoral sul do Brasil com colonos açorianos. Após o lançamento de editais de migração no Arquipélago dos Açores e em Madeira, chegam cerca de 6.000 colonos. (Trecho do Dossiê de Tombamento, p. 24)

A escolha dos sítios onde instalar as freguesias era particularmente importante e o desenho urbano de cada uma, preservado até os dias atuais, seguia a aplicação de uma série de regras próprias da Coroa Portuguesa para suas colônias ultramarinas.



Vista aérea, Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Paróquia Nossa Senhora do Rosário
Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Paróquia Nossa Senhora da Lapa,
Freguesia do Ribeirão da Ilha,
Florianópolis (SC), 2025.



Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição.
Freguesia da Lagoa da Conceição,
Florianópolis (SC), 2025.



Paróquia Nossa Senhora das Necessidades.
Freguesia de Santo Antônio de Lisboa,
Florianópolis (SC), 2025.

Na Enseada do Brito (antiga freguesia de Nossa Senhora do Rosário), no Ribeirão da Ilha (antiga freguesia de Nossa Senhora da Lapa), na Lagoa da Conceição (antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição) e em Santo Antônio de Lisboa (antiga freguesia de Nossa Senhora das Necessidades) é possível observar testemunhos materiais preservados e marcantes, abrigos de modos de vida e de manifestações culturais que têm forte referência na colonização açoriana e na inter-relação entre os diversos grupos que fazem parte do mosaico cultural da região – como indígenas, africanos e outros imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses, etc.).

São conjuntos urbanos singelos, caracterizados por sua notável relação com o sítio natural em que se inserem, onde as pequenas igrejas se destacam na paisagem. Defronte às igrejas estão as praças, ladeadas por uma arquitetura modesta, geralmente térrea, de origem luso-brasileira e em alguns casos com ornamentos ecléticos.

As comunidades tradicionais mantêm vivas as almas desses lugares por meio de sua vida cotidiana, das festas religiosas (como a anual e centenária Festa do Divino Espírito Santo) e das demais manifestações da cultura local (como o boi de mamão, as bandas de música, a renda de bilro ou carnaval de rua).

Em 2025, o tombamento federal de quatro antigas freguesias luso-brasileiras da Grande Florianópolis buscou reconhecer a importância desses lugares na história nacional.



Vista aérea, Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Florianópolis (SC), 2025.



Fechadura colonial, Paróquia Nossa Senhora da Lapa, Florianópolis (SC), 2025.

O tombamento pelo Iphan

O TOMBAMENTO

Tombamento é o termo utilizado no Brasil para designar o ato de proteção legal de bens de natureza material considerados patrimônio cultural de importância coletiva. Criado pelo Decreto Lei 25/37 em nível federal, o tombamento também é aplicado na atualidade por leis estaduais e municipais.

Nos anos 1980, os tombamentos dos núcleos históricos de Laguna e de São Francisco do Sul ampliaram as tipologias de bens protegidos pelo Iphan no Brasil, incluindo a escala urbana nas ações de proteção no estado catarinense.

Na mesma época, outras temáticas faziam parte de ações e de processos de tombamento em instrução no estado, como a imigração europeia a partir do século XIX (com o tombamento de diversos bens e a criação do projeto Roteiros Nacionais de Imigração); as ocupações pré-históricas do litoral, como o sistema de inscrições rupestres representado pela Ilha do Campeche; ou o ciclo do tropeirismo, com as propostas de tombamento relacionadas com o Caminho das Tropas , na região de Lages.

As antigas freguesias luso-brasileiras da Grande Florianópolis, possuem características territoriais, históricas, paisagísticas e etnográficas relevantes, que complementam os demais tombamentos nacionais de conjuntos urbanos da região sul do país.



Pórtico em Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.

Em 2011, a retomada dos processos de tombamento das antigas freguesias luso-brasileiras fez parte de movimento de ampliação dos tombamentos nacionais e que buscava ampliar os tombamentos federais e, por consequência, a representatividade do patrimônio nacional e do Iphan em todas as regiões do Brasil.

São desse momento os tombamentos nacionais como o da Casa de Chico Mendes, em Xapuri (o primeiro tombamento no estado do Acre); dos bens da imigração europeia em Santa Catarina e da imigração japonesa no Vale do Ribeira, em São Paulo; das obras do arquiteto Oscar Niemeyer; do Teatro Oficina, em São Paulo; do Encontro das Águas, em Manaus; dos Lugares Indígenas Sagrados do Alto Xingu, no Mato Grosso; do acervo do Museu Nacional do Mar e de outras três embarcações tradicionais brasileiras (Saveiro de Vela de Içar "Sombra da Lua", da Baía de Todos os Santos; Canoa de Pranchão "Tradição", de Rio Grande; Canoa Costeira "Dinamar", da Baía de São Marcos). São também da mesma época os tombamentos dos conjuntos históricos urbanos de Oeiras, Parnaíba e Piracuruca, no Piauí; de Santa Tereza e de Jaguarão, no Rio Grande do Sul; da Vila Serra do Navio, no Amapá; de Iguape e de São Luís do Paraitinga, em São Paulo; Antonina, no Paraná; e Paracatu, em Minas Gerais, apenas para exemplificar alguns.

Em 2015, foi concluído o dossiê de tombamento "As Freguesias Luso-Brasileiras da Grande Florianópolis". Em 2025, a proposta foi apreciada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e o tombamento definitivo foi aprovado por unanimidade. O conselheiro Leonardo Castriota foi o relator do processo de tombamento nº 1.273-T-88 e seu parecer trouxe uma visão ampliada e inovadora sobre o instrumento do tombamento.



Esplendor do Divino, fachada residencial no Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Esplendor do Divino, fachada residencial em Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.



Detalhe arquitetônico, casa de Peninha, Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Gruta na Freguesia da Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), 2025.

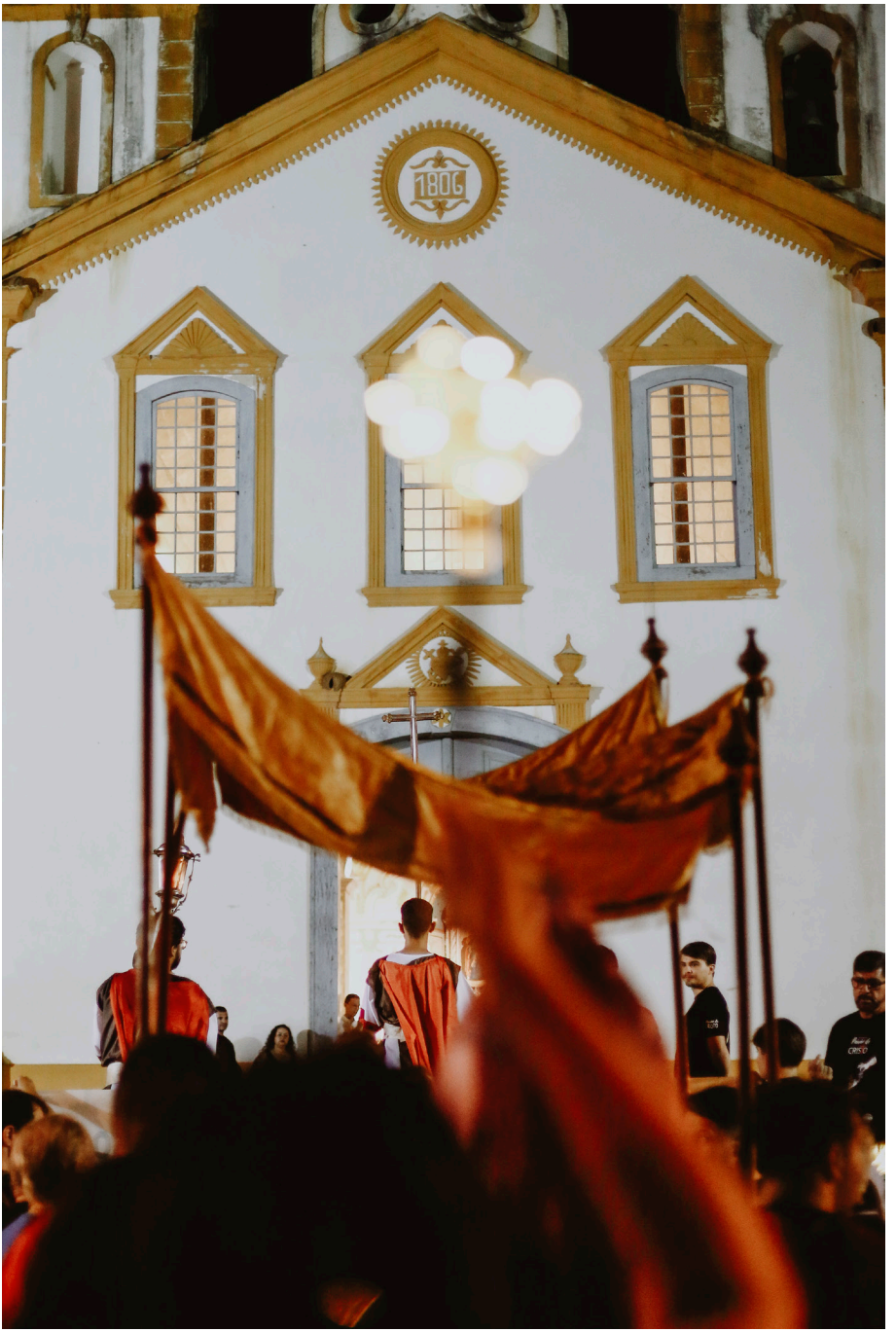


Leonardo Castriota, Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.

Trechos do parecer do conselheiro Leonardo Castriota

"Políticas de patrimônio cultural urbano terão sempre um débito em aberto, se desconhecerem o universo de valores, que tornam humanas aquelas imbricações de várias naturezas, produzidas e produtoras, na/ da vida do habitante, como um todo."
(Ulpiano Bezerra de Menezes)

Este parecer tem como objetivo analisar o processo de tombamento das freguesias luso-brasileiras de Florianópolis, ressaltando sua relevância histórica e institucional no contexto da atuação do Iphan em relação à conservação urbana. É interessante percebermos como esse processo, que se estende por 38 anos, reflete, de certa forma, a trajetória da preservação no Brasil, acompanhando a própria evolução do conceito e das políticas de patrimônio no país.



Procissão do Senhor Morto, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2024.

Desde sua criação, o Iphan desempenha um papel central na salvaguarda do patrimônio brasileiro, e sua atuação no Estado de Santa Catarina, desde os anos 1930, evidencia o esforço contínuo de ampliação das ações de preservação, incorporando bens de diferentes naturezas e reconhecendo a diversidade das narrativas históricas. Ao longo das décadas, instrumento do tombamento também tem passado por transformações que o tornam mais abrangente e adequado às novas perspectivas de preservação.

O caso das freguesias de Florianópolis permite, a nosso ver, avançar de forma exemplar na atualização do instrumento do tombamento, reconhecendo que a proteção do patrimônio não deve se limitar à preservação arquitetônica e mesmo urbana, mas sim considerar de uma forma integrada os valores culturais, simbólicos e paisagísticos, que definem esses espaços como referências identitárias para suas populações e patrimônio para o povo brasileiro. É nesta linha que o presente parecer analisa o tombamento das freguesias à luz das novas abordagens no campo do patrimônio, notadamente aquelas trazidas pela ideia de paisagem cultural.

(...)



Banda da Lapa, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2024.



Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2024.

O tombamento no século XXI

Instituído no Brasil em 1937 com a criação do Iphan, o tombamento tem sido um instrumento essencial para a preservação do patrimônio cultural. Inicialmente, sua aplicação era restrita à proteção de bens materiais excepcionais, muitas vezes ligados à herança colonial e às cidades-monumento, como Ouro Preto e demais núcleos mineiros tombados ainda na década de 1930. Com a evolução do conceito de patrimônio ao longo dos séculos XX e XXI, tornou-se necessário atualizar essa abordagem para abranger novas perspectivas de preservação.

A partir da década de 1970, influenciado por diretrizes internacionais e avanços teóricos, o conceito de patrimônio ampliou-se para incluir manifestações imateriais, paisagens culturais e memórias coletivas, ampliação que foi virtuosamente recepcionada pela Constituição Federal de 1988. No campo do patrimônio urbano, a introdução da ideia de "cidade-documento" reforçou a noção de que a cidade deve ser preservada como um registro vivo das transformações sociais e culturais, e não apenas como um conjunto estático de edificações históricas.

Outro desafio tem sido a incorporação de narrativas historicamente marginalizadas. Durante décadas, o tombamento privilegiou edificações ligadas às elites coloniais, enquanto patrimônios de quilombos, territórios indígenas e cultura popular foram negligenciados. Avanços como a Lei 10.639/2003 e a criação do Registro de Bens Culturais Imateriais ampliaram essa perspectiva, mas ainda há um caminho a percorrer para garantir uma representação mais equitativa na política de preservação.

O REGISTRO

Registro é o termo utilizado no Brasil para designar o ato de reconhecimento dos bens de natureza imaterial considerados patrimônio cultural de importância coletiva. Criado em nível federal pelo Decreto no 3.551/2000, o registro pode ser aplicado aos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; aos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; às manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e aos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.



Vista aérea, Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), 2025.



A cruz, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.

Em vista desses avanços do estado da arte da reflexão sobre o patrimônio, o instrumento do tombamento deve evoluir para um modelo mais dinâmico e participativo, que considere não apenas a materialidade dos bens protegidos, mas também sua função social, a relação com as comunidades e sua inserção na cidade contemporânea. A preservação não deve ser um obstáculo para as transformações trazidas pelo tempo, mas sim, com a gestão cuidadosa dessas, um recurso para fortalecer a memória coletiva e garantir que a identidade cultural dos territórios seja respeitada e valorizada, servindo de base para um "desenvolvimento apropriado", para utilizarmos a expressão de Aloísio Magalhães. Dessa forma, uma aplicação atualizada do tombamento, aprofundando a expansão já apontada pela prática do Iphan ao longo das últimas décadas, pode contribuir para a construção de políticas patrimoniais mais inclusivas e eficazes, alinhadas com as transformações da sociedade e com a diversidade do patrimônio cultural brasileiro.



Óculo da paróquia de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.



Paróquia Nossa Senhora da Lapa, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Paróquia Nossa Senhora da Lapa, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Vista aérea, Paróquia Nossa Senhora da Lapa, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.

A paisagem cultural, uma perspectiva integradora

Dentro da perspectiva aberta nas últimas décadas pela ampliação do conceito de patrimônio, algumas novas ideias têm desempenhado um papel decisivo e inovador. Uma delas vai ser a de "paisagem cultural" que, desenvolvida pela UNESCO desde o início dos anos 1990, combina de forma inextricável os aspectos materiais e imateriais do conceito, muitas vezes pensados separadamente, indicando as interações significativas entre o ser humano e o meio ambiente natural. Com isso, esse conceito parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às ideias tradicionais do campo da preservação, podendo servir para ampliar a perspectiva de visada sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendem justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas. A partir desta compreensão ampliada, passa a ser possível também se propor estratégias integradas de intervenção que, ao combinar esses diversos aspectos, terminam por constituir respostas mais completas ao complexo desafio da conservação urbana, devendo, a nosso ver, servir hoje também como fundamento para a aplicação do instrumento do tombamento.

PAISAGEM CULTURAL

O conceito de paisagem cultural foi desenvolvido nos anos 1920 pelo geógrafo norte-americano Carl O. Sauer, para quem a paisagem cultural era o resultado da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. Em 1992, a Convenção de Unesco incluiu a paisagem cultural dentre as tipologias de bens culturais, inaugurando seu uso no âmbito das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural. Em 2009, o Iphan criou a chancela da paisagem cultural, definindo-a como "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores". No parecer do processo de tombamento das antigas freguesias lusobrasileiras da Grande Florianópolis, o conselheiro relator, Leonardo Castriota, propõe utilizar o conceito da paisagem cultural como uma abordagem para a gestão dos bens tombados.



Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Paróquia Nossa Senhora da Lapa, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Casa de Cultura Açoriana e Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Casario colonial na Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.

Descrição dos bens tombados e de seus valores

No caso do processo em questão, o bem tombado é composto, em sua configuração atual, por quatro conjuntos urbanos que remontam à ocupação açoriana no sul do Brasil a partir de 1748, localizados na atual região da Grande Florianópolis, em Santa Catarina. Essas freguesias são:

Enseada do Brito (Palhoça), fundada entre 1748 e 1750, destaca-se pelo seu traçado urbano preservado, com um grande terreiro entre a igreja e o mar, característica singular na região.

Ribeirão da Ilha (Florianópolis), instituída oficialmente em 1809, mantém um dos núcleos coloniais mais bem preservados, com ruas paralelas à orla e uma praça central seguindo o modelo urbanístico português.

Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis), estabelecida em 1750, foi um importante ponto estratégico na entrada da Baía Norte e apresenta um traçado urbano adaptado ao relevo, com ruas principais paralelas ao mar.

Lagoa da Conceição (Florianópolis), elevada à freguesia em 1750, diferencia-se das demais por sua implantação em terreno elevado, mantendo tradições culturais açorianas, apesar das transformações urbanas.

Como nos mostram os estudos realizados, a instalação dessas freguesias com a atração de imigrantes açorianos a partir de meados do século XVIII, tinha um claro projeto estratégico: o de consolidar a expansão dos limites do território português no sul do Brasil, relacionando-se, desta forma, com as fundações pregressas de núcleos naquela região, tais como os de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul em 1658, de Nossa Senhora do Desterro em 1674 e de Santo Antônio dos Anjos da Laguna em 1676.

(...)

Cada uma das quatro freguesias abarcadas pelo tombamento representa um importante testemunho material da colonização açoriana na região, refletindo valores históricos, paisagísticos e culturais que justificam sua conservação integrada. Como mostram os estudos realizados pelo Iphan, esses valores se manifestam de forma interdependente e refletem, em seu conjunto, a riqueza cultural, social e ambiental que define a identidade local.



Janela da casa de Peninha,
Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Gateira da casa de Peninha,
Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Fachada da casa de Peninha,
Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Detalhe em
Paróquia Nossa Senhora da Lapa,
Freguesia do Ribeirão da Ilha,
Florianópolis (SC), 2025.



Detalhe em
Paróquia Nossa Senhora das Necessidades,
Freguesia de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis (SC), 2025.



Detalhe em
Paróquia Nossa Senhora das Necessidades,
Freguesia de Santo Antônio de Lisboa
Florianópolis (SC), 2025.



Vista aérea ,Enseada doBrito, Palhoça (SC), 2025.



Vista aérea ,Enseada doBrito, Palhoça (SC), 2025.



Vista aérea, Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), 2025.



Vista aérea, Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), 2025.



Vista aérea, Paróquia Nossa Senhora da Lapa, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Vista aérea, Paróquia Nossa Senhora da Lapa, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.



Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.



Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.



Detalhe da primeira rua calçada em SC, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.
Foto: Carolina Arruda.

O **valor histórico** das freguesias está, como apontamos, intrinsecamente ligado ao processo de colonização luso-brasileira e à formação urbana de Florianópolis. Esses núcleos representam testemunhos fundamentais das estratégias da Coroa Portuguesa para consolidar a ocupação do sul do Brasil, sendo marcos da presença açoriana e madeirense na região. As freguesias preservam traços arquitetônicos coloniais significativos, como igrejas centrais, praças públicas e ruas estreitas e sinuosas, que narram a história da ocupação do território. A disposição urbana, marcada por um traçado orgânico e adaptado ao relevo local, reflete as relações sociais e comunitárias estabelecidas durante o período colonial. Essas características arquitetônicas e urbanísticas, aliadas à permanência de práticas culturais, sociais e religiosas, fazem das freguesias também espaços de memória viva. Práticas culturais como as festas do Divino Espírito Santo, a confecção de rendas de bilro, a pesca artesanal e a culinária típica, herdadas dos colonizadores, continuam a ser vivenciadas e transmitidas de geração em geração, reforçando o sentimento de pertencimento e a identidade cultural local. Assim, o valor histórico das freguesias não reside apenas nas estruturas físicas, mas também nas práticas culturais e nas narrativas históricas que elas mantêm vivas.



Detalhe da cimalha e telhado colonial em Enseada De Brito, Palhoça (SC), 2025.



Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Casario colonial na Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Conjunto colonial na Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Placa da Praça Roldão da Rocha Pires, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.



Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.



Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), 2025.

O **valor paisagístico** é outro aspecto essencial que justifica o tombamento das freguesias luso-brasileiras. Elas se destacam pela integração harmoniosa entre o ambiente natural composto por baías, morros e lagunas e o ambiente construído. Essa relação entre natureza e cultura cria paisagens que não são apenas esteticamente belas, mas que também refletem o modo de vida tradicional das comunidades locais. As paisagens das freguesias ilustram relações simbólicas e econômicas profundas com o mar e a terra, elementos centrais na vida cotidiana e na economia local. Em Ribeirão da Ilha, por exemplo, o alinhamento das casas coloridas à orla marinha, associado à prática da maricultura, revela a importância do mar tanto como recurso econômico quanto como elemento cultural. Na Lagoa da Conceição, a integração entre a lagoa, os morros e o traçado urbano irregular mostra como o ambiente natural moldou as formas de ocupação e de convivência social.

Aqui é importante ressaltar que essas paisagens culturais são dinâmicas e continuam a ser moldadas por práticas cotidianas e memórias coletivas. As relações entre o ambiente construído e o natural não são estáticas; elas evoluem com o tempo, acompanhando as transformações sociais, econômicas e culturais das comunidades. Assim, o valor paisagístico das freguesias se manifesta na capacidade desses espaços de integrar passado e presente, natureza e cultura, tradição e modernidade. Essa dinâmica assegura a continuidade de práticas culturais e modos de vida locais, garantindo que as freguesias permaneçam como paisagens culturais vivas e significativas.

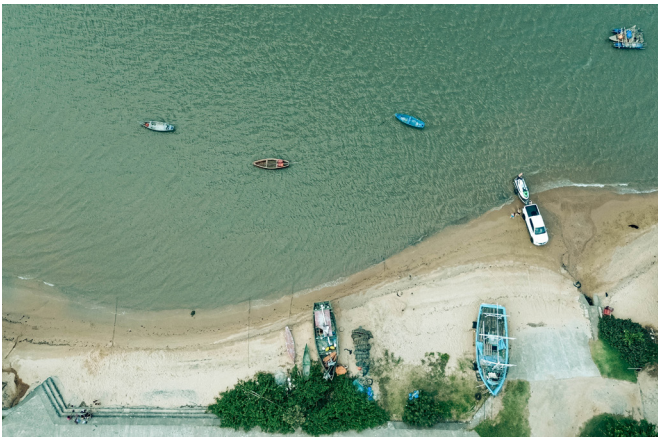
(...)



Santo Antônio de Lisboa,
Florianópolis (SC), 2025.



Santo Antônio de Lisboa,
Florianópolis (SC), 2025.
Foto: Carolina Arruda.



Enseada do Brito
Palhoça (SC), 2025.

Nesse contexto, a noção de paisagem cultural permite uma abordagem mais ampla da preservação patrimonial, considerando não apenas os bens materiais, mas também os aspectos intangíveis que conferem identidade a esses lugares.

Diferente de uma visão estritamente monumentalista ou documental da cidade, a leitura da paisagem cultural enfatiza a continuidade e a transformação dos territórios ao longo do tempo. Não custa repetir: as freguesias não são apenas marcos históricos isolados, mas espaços vivos, onde o passado e o presente se entrelaçam, evidenciando a importância de sua salvaguarda para as futuras gerações.

Assim, percebe-se que os valores comuns a serem preservados nas quatro freguesias luso-brasileiras objetos de proteção - Ribeirão da Ilha, Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e Enseada do Brito--refletem a importância desses núcleos como paisagens culturais dinâmicas, que integram patrimônio material e imaterial em um contexto de forte interação entre cultura e natureza.

(...)



Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC), 2025.



Vista aérea, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), 2025.

AS FREGUESIAS LUSO-BRASILEIRAS DA REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS COMO PAISAGENS CULTURAIS

As freguesias luso-brasileiras na região de Florianópolis devem, assim, a nosso ver, ser interpretadas sob a perspectiva da paisagem cultural, pois constituem espaços onde a interação entre o ambiente natural e as práticas humanas resulta em um território de grande significado histórico e social. Esses núcleos urbanos, estabelecidos desde o período colonial, apresentam uma organização espacial que reflete tanto as necessidades de ocupação quanto a adaptação ao relevo e aos recursos naturais disponíveis. Com a presença de baías, morros e lagunas, as freguesias se desenvolveram respeitando as características geográficas locais, gerando paisagens que expressam a continuidade das tradições culturais ao longo do tempo.

Desde o século XVIII, a ocupação das freguesias foi marcada por um planejamento que articulava aspectos administrativos e religiosos, refletidos na organização espacial das vilas. A presença da igreja, geralmente situada em um ponto estratégico, funcionava como eixo central da comunidade, ao redor da qual se desenvolviam as moradias, praças e caminhos. Esse modelo de povoamento seguiu padrões urbanísticos portugueses, mas foi se adaptando às características locais, incorporando modos de vida ligados à pesca, agricultura e artesanato. A relação simbiótica com a paisagem litorânea é um dos aspectos mais marcantes dessas freguesias, que se estruturaram ao longo das baías e enseadas, aproveitando os recursos naturais para sua subsistência e desenvolvimento econômico.



Procissão do Senhor Morto, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2024.



Procissão do Senhor Morto, Banda da Lapa, Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2024.
Foto: Carolina Arruda.

A relação entre essas localidades e o meio natural vai além da configuração física, abrangendo também os modos de vida que nelas se perpetuam. A pesca artesanal, a maricultura e a agricultura de subsistência são atividades que não apenas moldaram a organização territorial das freguesias, mas também permanecem como elementos centrais de sua identidade. Além disso, as manifestações religiosas, as festividades e o uso dos espaços públicos demonstram a forma como marcos simbólicos que estruturam os núcleos urbanos e reforçam a função social desses espaços.



Enseada do Brito, Palhoça (SC), 2025.



Fachada colonial na Freguesia do Ribeirão da Ilha, Florianópolis (SC), 2025.



Casario Colonial na Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC), 2025.



Fachada colonial na Enseada do Brito, Casa de Cultura Açoriana, Palhoça (SC), 2025.

A nosso ver, o processo de tombamento das freguesias luso-brasileiras da Grande Florianópolis pode avançar para além dessas dimensões apontadas, ao ser complementado por uma abordagem contemporânea baseada no conceito de paisagem cultural. Para respondermos a essa perspectiva, devemos combinar o tombamento tradicionalmente centrado na materialidade do conjunto arquitetônico e urbano com outros instrumentos que atuam sobre os valores imateriais, a cultura viva e a interação dos conjuntos com o meio ambiente natural. A adoção dessa abordagem implica reconhecer que o patrimônio cultural não é um conjunto estático de edificações e espaços urbanos, mas um sistema dinâmico que envolve práticas culturais, saberes tradicionais e relações simbólicas com o território. A proteção eficaz desse patrimônio vai exigir, então, estratégias que integrem esses diferentes aspectos, assegurando a preservação das práticas culturais em diálogo com o ambiente natural.

(...)

Assim, ao inscrever as freguesias da Grande Florianópolis nos livros de tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, adotando-se uma abordagem integrada que combina tombamento, inventário participativo, planejamento territorial e governança colaborativa, este processo estará instituindo não apenas um mecanismo de proteção de uma herança do passado, mas um instrumento estratégico para o fortalecimento da identidade cultural e o desenvolvimento sustentável da região.

Leonardo Castriota

Belo Horizonte, março de 2025.

Patrimônio Cultural do Brasil | Santa Catarina

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. As publicações sobre Patrimônio Cultural do Brasil | Santa Catarina visam alcançar um público abrangente, apresentando o patrimônio cultural de forma cativante, mobilizando o desejo de conhecer mais sobre as referências culturais do Brasil. Essa iniciativa se insere nas ações de educação patrimonial e difusão do Iphan/SC. Em 2025, foram lançados os primeiros três livretos da coleção: Freguesias Luso-brasileiras da grande Florianópolis, Pesca com botos no sul do Brasil e Farinhar.



Acesse o material audiovisual da coleção.



Acesse a plataforma de bens culturais registrados.

O corpo do texto deste livro foi composto com fontes da família Alegreya, tamanho 10,5, entrelinha 15. Tiragem de 1000 exemplares, impressos em papel off-set LD 90g pela gráfica Rocha.

Apoio

rancho cultural

Realização

IPHAN

MINISTÉRIO DA CULTURA


Edições IPHAN